

A IMPRENSA E A HISTÓRIA REGIONAL: UM CONTEXTO NO GOVERNO

JOÃO GOULART

Andre de Souza Pereira¹

Universidade de Passo Fundo (UPF)

e-mail: andrepereira26@live.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo buscaremos analisar os conceitos de Espaço, Região e Território numa perspectiva da História Regional. Ao tempo que abordamos, pensamos no ofício do historiador diante dessa possibilidade de se fazer História. As fontes que nos utilizaremos serão dois periódicos. Portanto, também se faz História e Imprensa.

O tema que orienta nossa discussão e nos dá o recorte é um domínio da História Política (RÉMOND, 2003, o. 444) ou História e Poder: o governo João Goulart (1961-1964). Mas no presente trabalho não analisaremos o governo em si e nem o posicionamento da imprensa com relação ao mesmo². Serão apenas identificados os sujeitos que desempenhavam o comando da política local, os agentes que produziam a informação dessa imprensa impressa, e as relações que esses atores tinham entre si num contexto do governo João Goulart. Tais relações também estão articuladas com cenário nacional e com o governo. O objetivo desse trabalho é apresentar uma proposta de História Regional com esse enfoque.

PENSANDO ESPAÇO E REGIÃO

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Passo Fundo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Analisar o posicionamento dessa imprensa é o nosso projeto de mestrado que ainda está em desenvolvimento.

Pensar em História e Região nos leva a refletir, primeiramente, a uma das mais completas definições sobre a disciplina: a História é o estudo da ação humana no espaço-tempo. O historiador ao interpretar os vestígios do tempo, fragmentado no pouco da realidade dos sujeitos que as fontes podem desvendar sobre suas ações, não consegue dissociar o homem de seu espaço vivido e construído. José D'Assunção Barros (2005, p. 96-97), ao demarcar esse espaço como, muitas vezes, geográfico, imaginário ou político (e sempre social), traz importantes reflexões sobre o conceito, bem como sua trajetória e apropriação do mesmo pela História; mas já nos mostra que assim como não existe ação humana – cada qual em seu tempo – sem um espaço ocupado, não se pode saber o que é região sem antes compreender o espaço ou a noção de espacialidade.

O conceito de “espaço” e “região”, assim como “território” e “paisagem”, foram buscados pela História através de sua interdisciplinaridade com a Geografia. Neste caso, inicialmente, a geografia tradicional. Esta, por sua vez, preocupada com a materialidade física, nos traz uma primeira noção sobre o que seria o espaço, sintetizada por Barros:

Mas, por hora, consideramos apenas o Espaço nos seus sentidos tradicionais: como lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores (2005, p. 97).

O espaço ocupado pelo homem, não somente habitado (pensando em tal ato como algo passivo) mas por ele modificado/transformado, não é estático. Assim como possui muito de suas formas definidas pela natureza, por ela também pode ser modificado do mesmo modo que pode limitar sua ocupação pelo homem. Para esse fator geográfico, Barros (2005, p. 99) exemplifica o caso da paisagem, diferenciada como paisagem natural e paisagem cultural. Ou seja, a paisagem – visualidade do espaço físico -, dada em seu formato natural, preservando suas características geográficas sem a interferência do homem, bem como aquela que teve sua ótica alterada por conta da instalação da cultura humana, é uma das maneiras pelas quais compreendemos o espaço e identificamos a ação humana.

O aspecto físico (geográfico) citado acima, assim como o político, encontra-se nas definições de espaço perseguidos pela geografia tradicional. O político, tão importante para entender a organização dos homens e mulheres no espaço, produz

nações, cidades, unidades administrativas (BARROS, 2005, p. 101). Porém, mesmo sendo as formas mais comuns de se compreender o espaço, não devemos desconsiderar outras tantas possibilidades, como o espaço imaginário. Além do espaço ambos são fundamentais para construir algo dentro dele que chamamos de região.

Sobre o conceito de região, apontaremos alguns problemas a respeito do mesmo e de seu uso, abordados por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p. 55-56). Segundo o autor, é comum que as preocupações em torno do estudo sobre região ocorram justamente nas regiões eleitas como “periféricas” em relação a uma produção historiográfica entendida como nacional. Haveria, também, uma carência de problematização diante do conceito de região, permanecendo uma impressão automática de que o mesmo sempre esteve disponível, sendo apenas uma percepção acerca de delimitações pré-definidas do espaço. A região aparece, deste modo, como um simples cenário da História, esquecendo da história de sua construção e constituição.

Albuquerque Jr também chama atenção à crítica feita por Barros sobre a utilização apenas da geografia tradicional para se pensar sobre espaço e região. Ao abordar apenas a dimensão física e geográfica, as diferentes relações e experiências ocorridas no espaço estariam sendo subtraídas das preocupações de historiadores que, conforme cita, “quase sempre, têm negligenciado o espaço como dimensão constituinte dos próprios eventos” (ALBUQUER JUNIOR, p. 56):

As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 58).

Mas, refletindo sobre o conceito de região, Barros (2005, p. 98-99) nos apresenta algumas características necessárias para se conceber a noção do mesmo. Sendo uma “unidade definível no espaço”, a região precisa de uma união de elementos internos, não- estáticos, que a identifique. Esses elementos, ao mesmo tempo que a padronizam, devem estar sempre em movimento estabelecendo relações, assim como podem constituir novos. Tal junção de fatores pode ser percebida por diversas formas nos mais

diferentes contextos. Será o ofício do historiador que irá estreitar e explorar os fatores que definirão sua região. Seus critérios podem variar desde o econômico ao cultural.

Retomando a ideia da região como parte do espaço, María Rosa Carbonari (2009, p. 21) discute sobre a necessidade da utilização do conceito pela geografia. Conforme Carbonari, o conceito foi introduzido para suprir a carência de uma noção de espacialidade menor. Pensado, no início, através de uma demanda do determinismo geográfico que reconhecia apenas as ações da natureza, com o surgimento da geografia humana também passou a ser considerada a ação do homem na paisagem. A região passava, então, a ser vista como uma construção histórica.

Percebendo a região como uma construção, sua fixação (não-imóvel, não-estática, não-eterna) exige domínio exercido pelas relações de poder e o desenvolvimento de determinados conhecimentos por parte daqueles que a dominam para que haja êxito neste exercício. Albuquerque Júnior (2008, p. 57-58) ao tratar sobre região, procura sempre evidenciar os fatores humanos que de fato a movimentam, a mobilizam. Assim sendo, a região também é um objeto de conquista e conflitos; dela saem vencedores e vencidos. Aqueles que venceram, e por consequência, a dominaram, precisaram exercer uma série de estratégias e técnicas sobre ela, construindo sua própria sabedoria para assim mantê-la. É essa sabedoria e são esses conhecimentos que, unidos – sim, região é união – criam a diversidade de fatores comuns que dão identidade aquilo que chamamos de região. Atento a essas características de definição da região que o historiador que se debruça sobre ela deve concentrar seus esforços, sobre a associação da palavra região às relações de poder, Albuquerque Jr assim descreve:

A palavra região remete, pois, a comando, a domínio, a poder. A região é um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força, a demarcação de um espaço sob controle, um espaço em que se exerce uma soberania, em que se estabelece uma dominação após uma vitória sobre um oponente: a região é espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares (2008, p. 57).

Outra noção importante para pensarmos o espaço e a região é o território. Barros (2005, p. 112-115) ao refletir sobre tal conceito se utiliza do geógrafo Claude Raffestin (1993, p. 143 apud BARROS, 2005, p. 112). Segundo este, o território só existe a partir

do momento em que o homem resolve se apossar de determinado espaço. Assim, aquele espaço físico, que já existia, passa a ser seu território, estando ligado diretamente às relações de poder. Vale destacar que o referido geógrafo considerava apenas a materialidade física ao conceituar. Porém, tal processo também ocorre em outras formas de ocupação humana diretamente ligadas ao instante da ação humana, como os espaços “virtual” e “social”.

Demarcar território é demarcar um espaço de poder. Uma outra categoria importante para se pensar dentro do conceito de território é a de territorialidades superpostas. Ela está presente no momento em que o homem altera um território; quando se apossa de um território que fora de outro e o modifica culturalmente ou quando expande seu território ocupando mais espaços. Isso trará um novo uso daquele território pelo homem conforme as condições de sua realidade.

É importante compreender que pode ser considerado território não somente espaços como uma propriedade fundiária ou uma unidade política, que possuem elementos previamente mais fixados. Os espaços sociais, culturais e imaginários, ocupados em determinados momentos do cotidiano humano, também são um território. As atividades profissionais podem ser um exemplo do exercício desse tipo de territorialidade. São territórios de curta duração, enquanto os mais tradicionais são compreendidos como de longa duração.

Dentro do ofício do historiador também é possível aplicar a noção de território. Ao recortar um objeto para análise de determinada realidade trazida pelas fontes primárias, o historiador está exercendo um ato de territorialidade superposta. Seu discurso e interpretação da ação humana delimitará um território na elaboração da sua abordagem, que será um espaço de poder do próprio historiador. Barros assim sintetiza:

Estabelecer um recorte, enfim, é definir um ‘território historiográfico’ – um território a partir do qual o historiador, como ator sintagmático, viabiliza um determinado programa. É a partir desta operação – seja ela orientada pelo grande recorte no espaço físico, pelo recorte regional, pelo recorte da série documental, ou simplesmente pela análise de uma única fonte – que o historiador deixa as suas marcas e as de sua própria sociedade, redefinindo de maneira sempre provisória este vasto e indeterminado espaço que é a própria História (2005, p. 127).

Sobre o uso de região pelos historiadores, a ideia de região fixa, conforme aponta Barros (2005, p. 116), tornou-se ineficiente por não acompanhar as mudanças causadas pelo homem no espaço. O tema pode, simplesmente, extrapolar um espaço físico ou administrativo, bem como uma definição vertical do tempo. O problema do historiador poderá ultrapassar esses limites da mesma forma que pode ser mesclado ou não suportá-los. Os recortes de espaço e tempo não devem ser definidos antes que o mesmo tenha um problema ou uma temática a analisar. O historiador exerce seu poder ao elaborar três recortes da História: Tempo, Espaço e Problema.

REGIÃO, IMPRENSA E PODER

Ao estabelecermos uma relação entre a História e a Imprensa possuímos um campo repleto de possibilidades para a pesquisa histórica. Utilizar a imprensa como fonte traz diversas vantagens ao historiador, pois essa é uma fonte muitas vezes rica em periodicidade, pela qual se pode compreender diversos hábitos, pensamentos e outras características da sociedade em questão.

Conforme Reneé Barata Zicman (1985, p. 89), a História e a Imprensa estão relacionadas de duas maneiras: História da Imprensa e História através da Imprensa. A primeira consiste em pesquisar a trajetória de determinado órgão de imprensa. Já a segunda a utiliza como fonte histórica para pesquisar determinado tema ou período. A discussão que pretendemos fazer diz respeito a segunda forma de se trabalhar a imprensa de modo que procuraremos enunciar as possibilidades de se fazer uma História Regional a partir da imprensa.

Não buscamos analisar a origem de uma região e seus mitos fundantes para desconstruí-los, como sugere Albuquerque Jr (2008, p. 63-64). Tampouco recorreremos a Introdução Geográfica usual dos anos 1960 criticada por Barros (2005, p. 108). Nosso problema surge de um domínio da História política para o qual recorreremos à imprensa como fonte. Será a periodicidade dessa imprensa que elucidará as tramas políticas regionais, simultaneamente, com um problema ditado de uma História nacional. É a serialidade da imprensa como fonte que definirá a construção do nosso território de estudo.

Temos como tema, o governo João Goulart (1961-1964), ou seja, um objeto, num primeiro momento, de interesse de uma historiografia da nação. Para tal, é preciso compreender a crítica de María Rosa Carbonari (2009, p. 22) quando contextualiza o surgimento da História local em oposição a uma História nacional. A reflexão feita pela autora vai na direção de não utilizarmos a História Regional para consolidarmos generalizações; não aplicarmos nela uma fórmula que meramente confirme os discursos nacionais. A História da região é a História da sua singularidade, da sua identidade, dos seus elementos comuns que formam uma unidade. Concomitantemente, os agentes interagem com contextos externos estabelecendo relações que, muitas vezes, podem ampliar a noção sobre determinada região.

Mas, ao tratarmos de um tema supostamente da historiografia nacional estamos fazendo História Regional? Não estamos fazendo coro para uma ideia de totalidade? É justamente para que isso não ocorra que precisamos definir o recorte com seu problema. Já citamos que o nosso problema consiste em trabalhar com a História Regional utilizando a imprensa. Buscaremos fazer uma análise de imprensa sobre o governo João Goulart. Essa imprensa está localizada no município de Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul, e será a partir desse espaço que direcionaremos nosso olhar para esse tema nacional.

É importante destacarmos o porquê dessa necessária definição de historiador regional em contraponto com o nacional, tal como no início do texto já ilustramos que as preocupações com a região são costumeiras das regiões “periféricas”. Albuquerque Jr (2008, p. 65-66), aliás, que nos traz essa provocação quase que em forma de manifesto, de chamado. Segundo o autor, no Brasil todo historiador que trabalha fora do eixo Rio de Janeiro- São Paulo e desenvolve pesquisas sobre regiões que não são essas, é considerado historiador regional. Essa constituição é tratada como uma disputa de poder na historiografia, pondo uma distinção entre “centro” e “periferia”. Cabe ao historiador regional não aceitar que seu trabalho seja visto como menor, ao tempo que também deve evitar ser seduzido pelo discurso do regionalismo.

Os periódicos que nos utilizaremos foram escolhidos por serem os jornais mais antigos, ainda em circulação, no município; por possuírem um acervo preservado que nos possibilita construir uma análise com esse tipo de recorte temporal, bastante linear;

e por estabelecerem relações significativamente estreitas com o poder local, sendo seus donos membros de agremiações partidárias rivais. Nossas fontes-objetos, que nos trazem um problema a ser decifrado são: *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

Para trabalharmos com a imprensa, conforme Tânia Regina de Luca (2005, p. 139-141), é imprescindível identificar os donos do periódico, os responsáveis pela edição e os colaboradores; e precisamos ter conhecimento sobre as relações entre o veículo pesquisado, os interesses financeiros e os poderes, sendo que esses dados poderão não estar declarados em suas páginas. Por fazermos essa análise é que o periódico pode ser considerado fonte e objeto. No caso das nossas fontes, tal levantamento já foi realizado por Sandra Benvegnú (2006) em trabalho que dissertava sobre a elite local entre os anos de 1945 a 1967, a qual nos ateremos mais adiante.

*O Nacional*³ foi fundado em 1925 por Herculano Annes, irmão do ex-intendente de Passo Fundo, Armando Araújo Annes⁴. Já o *Diário da Manhã* surge em 1935, sendo criado pelo jornalista Túlio Fontoura⁵, após algumas tentativas frustradas de fundação de outros periódicos⁶. Ocorre que em 1928, volta a ser intendente de Passo Fundo Nicolau Araújo Vergueiro⁷, do qual Túlio Fontoura passou a ser aliado. Vergueiro se utilizou do espaço de Fontoura (ainda não havia *Diário da Manhã*) para criticar seu antecessor, que era Armando Araújo Annes. Iniciava ali a rivalidade entre *O Nacional* e Túlio Fontoura, primeiramente, ainda ligada a divergências da República Velha.

A partir de 1940, *O Nacional* passará a ser dirigido pelo então funcionário, Múcio de Castro, e posteriormente comprado, dando continuidade a rivalidade. Conforme Benvegnú, o posicionamento de ambos os jornais era ditado em antagonismo mútuo. Sendo Túlio Fontoura antigetulista, *O Nacional* adotava um posicionamento

³ Em 19 de junho de 1925, Herculano Annes e Gabriel Bastos fundam *O Nacional*, sendo o primeiro jornal diário da cidade. Se dizia independente desde sua primeira edição.

⁴ Armando Araújo Annes foi intendente de Passo Fundo de 16/11/1924 a 16/11/1928. Retornou ao cargo, desta vez como prefeito, em 21/10/1932, permanecendo até 03/12/1934; ocupa o cargo novamente no período de 01/12/1947 a 01/01/1952.

⁵ O jornal *A Gazeta* é fundado em 1924 pelo major João Carlos de Araújo e Silva, circulando até 1930. Em 1926, a direção do mesmo passará para Túlio Fontoura, que vinha do *Correio do Povo* de Porto Alegre, trazendo uma grande modernização para a imprensa local.

⁶ Túlio Fontoura fundará em 1931 *A Luta*, o qual será fechado em razão de perseguição política por parte de Flores da Cunha. Em seu retorno, fundará *A Razão* em 1933. Sua grande realização seria a fundação do *Diário da Manhã*, em 1935, o qual esteve a frente até sua morte. Ver em: BERTOL; FROSI, 2007.

⁷ Nicolau de Araújo Vergueiro foi intendente de Passo Fundo em duas ocasiões. De 16/11/1920 a 16/11/1924 e de 16/11/1928 a 16/05/1930.

interpretado como pró-trabalhista. Porém, a partir de 1945 com a formação dos partidos políticos nacionais, Fontoura se filia ao PSD (Partido Social Democrático), sendo um de seus fundadores no município. Tempos depois, Múcio de Castro fará parte do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) - partido que estará à frente da prefeitura de Passo de 1947 até 1964, e que o *Diário da Manhã* fará oposição – sendo eleito deputado estadual em 1954.

Segundo Sandra Benvegnu (2006, p. 19), durante o período de filiação de Múcio de Castro ao PTB, *O Nacional* será um grande aliado das ideias trabalhistas. Com relação ao partido, esse posicionamento veio a mudar quando de sua saída em 1960, migrando para o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Esse fator é um importante elemento para compreendermos melhor a política local nesse período em articulação com a política nacional.

O PTB, partido fundado por Getúlio Vargas, sobrevivendo, principalmente, de seu personalismo e carisma, após seu suicídio passou a sofrer com uma crise de liderança. Segundo Ângela de Castro Gomes (2002, p. 9-11), o partido sofreu algumas baixas por conta das novas lideranças. Passaram a ocorrer disputas desde diretórios do partido até as orientações da sigla. A nível nacional, João Goulart passou a comandar a direção do partido.

O MTR de Fernando Ferrari fora criado a partir de uma cisão de seus líderes do PTB. Num processo de expulsão após o acúmulo de várias divergências de Ferrari com Leonel Brizola e João Goulart, foi fundado o MTR em 1960 como uma nova sigla trabalhista, para romper com um “caudilhismo” praticado pelos principais dirigentes do PTB, conforme denunciava Ferrari.⁸

Em Passo Fundo, de acordo com o trabalho de Sandra Benvegnu (2007, p. 289-291), o conflito principal se deu entre as figuras de César Santos e Daniel Dipp. Santos, desde 1945, estava à frente da direção local do partido, fato o qual passou a causar mal-estares entre as demais lideranças, não tardando a surgir conflitos, embasados em denúncias de falta de democracia da direção com relação às decisões do partido. A oposição interna foi liderada por Daniel Dipp, representante da chamada ala moça do partido. Dipp que já havia sido prefeito e deputado (estadual e federal) reivindicava

⁸ Sobre a atuação do MTR e de Fernando Ferrari, ver: BOMBARDELLI, 2002.

maior espaço nas decisões do partido juntamente com boa parte dos petebistas que ocupavam a câmara municipal de vereadores. O ápice do conflito ocorreu em 1959, quando Dipp e sua “ala rebelde” não apoiaram a candidatura de Benoni Rosado para a prefeitura, sendo expulsa do partido toda a ala rebelde, com o aval de Leonel Brizola e a executiva estadual do partido.

Com a expulsão e posterior registro do MTR, a ala rebelde migrava para esse novo partido trabalhista. Daniel Dipp já convivía com Fernando Ferrari, tendo suas ideias influenciado nas tomadas de posições frente a executiva municipal. Ao tempo que Ferrari se desentendia com a executiva nacional vindo a ser expulso, Dipp era expulso do PTB local. Nesse conflito, o diretor do jornal *O Nacional*, Múcio de Castro, não ficou alheio. Justamente sua posição de deputado estadual foi elemento para aumentarem as desavenças, pois esse almejava concorrer à reeleição em 1958, vindo a desistir em razão de um clima de rejeição criado pela executiva do partido. Junto com a troca partidária de Múcio de Castro e sua oposição ao PTB local caminhava a linha editorial assumida pelo seu jornal.

Desta forma, diante da identificação dos sujeitos responsáveis pelos periódicos e de suas relações com o poder local, faz-se necessário observar que ambos os jornais, apesar da rivalidade entre si, nutriam influências que poderiam refletir nos seus posicionamentos relacionados ao governo João Goulart. De um lado temos Múcio de Castro e *O Nacional*, que mesmo seu líder já tendo feito parte do PTB e estando num partido de viés trabalhista, havia se desligado, migrando para uma cisão daquele partido. Durante todo o governo Jango, Castro esteve no MTR rivalizando com o PTB em Passo Fundo. Do outro, temos Túlio Fontoura - e o *Diário da Manhã* -, que se manteve no PSD, sendo esse partido, em todo o Rio Grande do Sul, um inimigo declarado do getulismo e do trabalhismo. Eram esses os agentes que produziam a notícia consumida por seus leitores, ajudando a formar a opinião pública.

É por conta desse poder da imprensa sobre a informação propagada que se deve ficar atento diante das possíveis armadilhas a serem encontradas na fonte. Por mais imparcial que o órgão se declare publicamente, o pesquisador sempre deve consultar essa fonte com a ciência de que não existe neutralidade- tanto na fonte quanto no pesquisador (AGUIAR, p. 4). O historiador se utilizará de sua metodologia para a

compreensão do acontecimento e construção de sua narrativa. Devemos atentar sobre as motivações para a publicidade de determinado fato e seu destaque no periódico. As hierarquias dos eventos publicados demonstram a importância dada pelo veículo, construindo sua ênfase e linguagem para o público que deseja atingir. Sobre os cuidados metodológicos a serem tomados ao trabalhar com imprensa, Rodrigo Santos de Oliveira nos atenta:

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão (2011, p. 126).

Ao pensarmos sobre Passo Fundo no contexto do governo João Goulart, entre outros fatores, temos um município que durante o golpe civil-militar de 1964 serviu de capital do governo estadual por três dias (1º a 3 de abril), abrigando o governador Ildo Meneghetti (PSD), numa ação denominada Operação Farroupilha⁹. Nela, o prefeito Mário Menegaz (MTR), dá todo o suporte ao governador do PSD. O mesmo prefeito apoiado pela direção d’*O Nacional* e seu partido, juntamente com governador do partido de Tulio Fontoura, tornam-se aliados, num movimento que resultou na derrubada de Goulart. Nessa mesma cidade que em 1961 mobilizou-se pela posse de João Goulart com o apoio dos dois periódicos¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos Passo Fundo e sua imprensa no contexto do governo João Goulart estamos partindo diretamente da História Regional. Construimos uma análise a qual a região é o nosso recorte sem sermos regionalistas. A imprensa e o poder local que

⁹ A “Operação Farroupilha”, que culminou na transferência da sede do governo estadual para Passo Fundo, no interior do estado, já vinha sendo discutida há pelos menos um ano antes do golpe. Ildo Menghetti já tinha conversado sobre esse plano com o comandante guarnição do III exército (até fevereiro de 1963), general Olympio Mourão Filho. Esta operação seria um plano para impedir qualquer manifestação de João Goulart em permanecer no poder.. Ver: ZARDO, 2014.

¹⁰ Sobre a campanha da legalidade em Passo Fundo, apresentamos um trabalho de conclusão de curso, no curso de História da Universidade de Passo Fundo que encontra-se disponível em: https://drive.google.com/file/d/16QZ-TZ8ncGBnjU_P-76_KhD2Y0qd8Pv4/view.

nos deram os elementos comuns para delimitarmos nosso território. Mostrando as individualidades da região e partindo de seu olhar é possível que se possa compreender o que se pensou sobre o evento definido como nacional e de que forma, também, esse espaço estava integrado num contexto mais amplo.

Além de definirmos nosso território, também podemos compreender as disputas e lutas desses sujeitos pelos seus. Nesse caso, a luta era por um espaço de poder. Desde o poder político-administrativo ao de influenciar a opinião pública no momento em que o leitor fará uso desse impresso, ocupando-se daquelas informações e construindo a sua opinião. Eis algumas das diversas formas que os homens utilizam para definir seu território e sua região, desenvolvendo suas ações no espaço-tempo.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. *Imprensa: Fonte de Estudo para a Construção e Reconstrução da História*. In: X Encontro Estadual de História da ANPUH/RS, 2010, Santa Maria, RS.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*. Dourados, v. 10, n. 17, 2008.

BARROS, José Maria D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*. 2005, v. 10, n. 1.

BENVEGNÚ, Sandra M. *Décadas de poder: O PTB e ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*/ Sandra Mara Benvegnú. -2006.

BENVEGNUM, Sandra M. O PTB e a nova configuração do poder em Passo Fundo no pós-1945. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua História: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 289-291.

BERTOL, Sonia; FROSI, Fabíola. O surgimento da Mídia impressa no município de Passo Fundo: Os primeiros 50 anos. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua História: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BOMBARDELLI, Maura. Por um trabalhismo autêntico: A cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do movimento Trabalhista Renovador (1959-1960). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CARBONARI, Maria Rosa. De como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*. São Leopoldo, 2009, v. 13, n. 1.

GOMES, Ângela de Castro. Uma breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I curso de Formação e capacitação política, realizado na sede do PTB. São Paulo, 13 jul. 2002.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *História e: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande*, v. 2, 2011, p. 126.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à Operação Farroupilha. In: Batistella, Alessandro (Org.). O golpe civil- militar de 1964 no Sul do Brasil. Chapecó: Argos, 2014.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa- algumas considerações metodológicas. *Projeto História*: São Paulo, n. 4, jun. 1985.